

AGIF considera que Portugal continua “muito vulnerável ao risco de incêndio”

3 de Junho, 2019

A Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) considera que Portugal “continua muito vulnerável ao risco de incêndio”, existindo “um longo caminho a percorrer para mudar os comportamentos da população (ignições), o ordenamento do território (exposição) e na gestão ativa dos espaços florestais e agrícolas (carga combustível) “. Numa resposta enviada à Agência Lusa, a AGIF sublinha ainda que “há que ser perseverante nestes domínios durante a próxima década”.

No dia em que os meios de combate a incêndios rurais são reforçados, a AGIF sublinha que o reforço de recursos operacionais “será sempre insuficiente nos dias de meteorologia extrema para reduzir área ardida, embora mais eficazes a salvar vidas e bens” a curto prazo. “A variabilidade meteorológica e as alterações climáticas acrescentam incerteza num contexto adverso”, precisa a AGIF, que está em funcionamento pela primeira vez este ano durante a época de fogos.

Questionada sobre se as alterações introduzidas no combate a na prevenção dos incêndios vão ser visíveis este ano, aquela agência sublinha que a mudança do contexto e do sistema “não é instantânea”, produzindo as medidas políticas, estímulos e investimentos a longo prazo, entre cinco a 10 anos.

A agência recorda que em 2018 os incêndios tiveram como causas o uso do fogo em áreas rurais (59%), indivíduos imputáveis (24%) e reacendimentos (11%). Do uso do fogo em áreas rurais, 40% teve origem em queimadas extensivas para renovação de pastagens e eliminação de restolho e 19% em queimas para eliminação de sobrantes de exploração. “Não podemos esquecer que 85% dos incêndios começam a menos de 500 metros de uma povoação, é atividade humana que gera acidentes e mais 70% das ocorrências resultam de fogueiras, queimas e queimadas mal feitas, ou seja, há aqui uma oportunidade enorme de melhoria”, sustenta a AGIF.

A AGIF participa no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) deste ano, apoiando em várias áreas de conhecimento, nomeadamente, na avaliação do perigo, análise da piro-meteorologia e comportamento de fogo e gestão de risco. Segundo AGIF, integram este ano o DECIR 35 elementos desta agência que constituem equipas de gestão integrada de fogos rurais, disponibilizadas para os postos de comando, a pedido da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

A agência participa também, de forma permanente, no Núcleo de Apoio à Decisão para Análise de Incêndios Rurais da ANEPC, apoiando à decisão estratégica e operacional antes dos incêndios e durante o desenvolvimento das ocorrências, bem como na elaboração da análise estratégica periódica.

A AGIF, enquanto coordenação estratégica do sistema de prevenção e combate a incêndios, tem desde janeiro promovido a articulação horizontal das principais entidades, designadamente Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ANEPC, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e GNR, ao nível nacional, regional e supramunicipal. A entidade refere que são identificados os locais de risco e as medidas de prevenção e pré-supressão, nomeadamente, sensibilização dirigida, patrulhamento, programação de gestão de combustível e recomendações para pre-posicionamento de recursos de combate.